A invisibilidade das mulheres dos ipês em contexto de pandemia

Introdução:

O texto propõe a análise da situação de invisibilidade social da mulher, principalmente em decorrência da pandemia de covid-19 que apresentou um novo cenário de vida à população: estabelecendo novos protocolos de segurança sanitária e de isolamento social. Todos tiveram que ficar em casa e, para um número significativo de mulheres, essa permanência mais prolongada em casa tornou-se um risco maior a vida e a saúde mental delas, bem como a de seus filhos, em decorrência da intensa exposição aos relacionamentos abusivos e violência doméstica, ainda acrescentando a instabilidade no emprego e os aspectos de vulnerabilidade alimentar.

É importante compreender que "a mulher desprivilegiada [ou em situações de vulnerabilidade] em termos econômicos e sociais fica mais estritamente confinada à sua condição pelo consenso de que isso é 'natural'". (Martin, 2006, p. 279 – 280). Assim, além do enfrentamento da pandemia do lado de fora de casa, essas mulheres estavam expostas a outros sofrimentos e situações de risco dentro de casa, não somente elas, mas seus filhos também.

A pesquisa foi realizada de abril a agosto de 2021 de forma totalmente virtual através de chamadas de vídeo do aplicativo whatsapp. A minha interação virtual com as 19 mulheres da pesquisa ocorria no momento das aulas em que as mesmas participavam junto aos seus filhos na execução das atividades. Os momentos de aula remota online se tornavam um grande encontro entre os colegas de turma e as famílias da comunidade envolvendo os assuntos escolares e as rotinas desses lares no enfrentamento da pandemia e das tensões que envolviam este período.

No corpo do trabalho apresentarei o perfil socioeconômico das mulheres que compõem a pesquisa e o contexto no qual estão inseridas. Tratarei também a importância da funcionalidade da mulher para manutenção das atividades sociais, como também a invisibilidade delas na sociedade, na família e para si mesmas.

Serão abordados os temas de distinção de gênero, trabalho feminino e discriminação, naturalização das desigualdades entre homem e mulher e o papel da mulher na manutenção das atividades na sociedade, a partir das contribuições de Emily Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Martin (2006), Adriana Piscitelli (2009), Sueli Carneiro (2011) e Patrícia Hill Collins (2019).

Desenvolvimento

A princípio é importante descrever em quais as condições se iniciaram a pesquisa

e como foram preliminarmente estabelecidos os vínculos entre as mulheres que fazem

parte deste trabalho e a pesquisadora.

Por imposição da pandemia o ensino presencial foi substituído pelo ensino remoto

e as mulheres envolvidas na pesquisa perderam sua principal rede de apoio para conciliar

o trabalho, a vida pessoal e os cuidados com as crianças que anteriormente eram deixadas

na escola em período integral.

Ao passar dos meses o vínculo entre a pesquisadora e as mulheres da comunidade

dos Ipês foi sendo construído. À medida que a rotina de aulas online era substituída pelas

conversas mais informais (julho a agosto/2021) e com intervalos de tempo maiores sobre

a rotina de vida, aspirações futuras, insatisfações pessoais, estudo, família e trabalho

dessas mulheres; uma nova perspectiva era desenhada em que as mulheres e a sua vida

assumiam a centralidade nas discussões.

Quem são as mulheres da pesquisa?

As mulheres da pesquisa são aquelas que possuem uma tripla jornada ou como

nos lembra (Martin, 2006, p. 280) são mulheres triplamente oprimidas, (...) com sua

consciência formada por suas experiências de trabalhadora, como membro de um grupo

minoritário e como mulher que está no cerne da resistência. São 19 mulheres da

comunidade do Ipês que possuem algumas características em comum: são mães de alunos

de escola pública, não possuem escolaridade completa e são as principais responsáveis

financeiras pelo sustento de suas famílias.

Após consultar informações cadastrais disponíveis na escola foi possível

organizar as referências a respeito da escolaridade, profissão, quantidade de filhos e se

era beneficiária do cadastro social. Também através da organização dos relatos orais das

mulheres envolvidas na pesquisa pelo aplicativo de whatsapp, foi possível compilar estes

Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre 28 de agosto a

dados em forma de tabela para demonstrar a realidade socioeconômica das mesmas, no intuito de aprofundar o debate dos temas propostos no corpo do trabalho mediante a análise destes resultados.

Identificação	Cor Casada	Escolaridade	Profissão	Registro de trabalho	Quantidade de filhos	Filhos com deficiência	Recebe benefício financeiro do governo
Mulher mãe 1	Negra/sim	Fund. II incompleto	Do lar	Não	01	01	Sim
Mulher mãe 2	Negra/sim	Fund. I incompleto	Diarista	Não	04	01	Sim
Mulher mãe 03	Negra/sim	Fund. I incompleto	Do lar	Não	02	01	Sim
Mulher mãe 04	Negra/sim	Fund. I incompleto	Diarista	Não	01	01	Sim
Mulher mãe 05	Branca/sim	Fund. I incompleto	Do lar	Não	04	01	Sim
Mulher mãe 06	Negra/sim	Fund. I incompleto	Diarista	Não	01	01	Sim
Mulher mãe 07	Branca/sim	Fund. I incompleto	Diarista	Não	03	02	Sim
Mulher mãe 08	Branca/sim	Fund. I incompleto	Do lar	Não	02	01	Sim
Mulher avó 09	Branca/sim	Fund. I incompleto	Diarista	Não	03 filhos e 01	00	Sim
Mulher avó 10	Branca/sim	Fund. I incompleto	Diarista	Não	02 filhos e 01 neto	00	Sim
Mulher mãe 11	Negra/sim	Fund. II incompleto	Diarista	Não	03	00	Sim
Mulher mãe 12	Negra/sim	Fund. I incompleto	Diarista	Não	02	00	Sim
Mulher mãe 13	Negra/sim	Fund. I incompleto	Diarista	Não	02	00	Sim
Mulher mãe14	Negra/sim	Fund. I incompleto	Diarista	Não	03	00	Sim
Mulher mãe 15	Negra/sim	Fund. I incompleto	Doméstica	Não	02	00	Sim
Mulher mãe 16	Negra/sim	Fund. I incompleto	Doméstica	Não	02	00	Sim
Mulher mãe 17	Branca/sim	Fund. II incompleto	Serviços gerais	Sim	02	00	Sim
Mulher mãe 18	Negra/não	Fund. I incompleto	Recicladora	Não	03	00	Sim
Mulher mãe 19	Negra/sim	Fund. I incompleto	Diarista	Não	02	00	Sim
	1	1	T11: A	1 5 ' 6''	va Daz / Eonta da D	, DDC i	LIEDD

Elizângela Ferreira Silva Paz / Fonte da Pesquisa – PPGA – UFPB

Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Analisando a primeira coluna da tabela podemos perceber que neste grupo existe a categoria 'mulher mãe' e 'mulher avó' que se refere a condição da mulher em relação a sua função materna. A 'mulher mãe' é ao mesmo tempo a genitora e responsável pelo cuidado e criação de seu filho. A 'mulher avó' não é a genitora da criança, mas é a responsável pelo cuidado e criação de seu neto/filho.

É importante ter em mente que apesar da categoria 'mulher mãe' compor a maioria da tabela, elas sempre recorrem ao auxílio das avós para ajudarem nos cuidados e na educação dos filhos. Contudo, a categoria 'mulher avó' é responsável pela guarda, criação e cuidado dos netos/filhos sem recorrer ao auxílio de outra pessoa para dividir as responsabilidades. Os genitores dessas crianças abriram mão do seu direito tutelar e geralmente já estão inseridos em outros relacionamentos e não levaram seus filhos com eles para esta nova etapa de suas vidas.

Citando a pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo em 2001: "A Mulher Brasileira nos Espaços Públicos e Privados" com 2.502 entrevistas em todo Brasil, apontou que 96% das entrevistadas se dedicavam as tarefas domésticas e aos cuidados com as crianças, mesmo que trabalhassem fora de casa (Piscitelli, 2009). Os resultados desta pesquisa e os dados obtidos nesta tabela corroboram para reforçar que as mulheres sofrem com a sobrecarga das responsabilidades domésticas e quando precisam de ajuda ou auxílio para desempenhar os cuidados com as crianças sempre recorrem a outras mulheres (mãe, irmã, avó) nunca a seus respectivos companheiros ainda que sejam os genitores de seus filhos.

Observando a segunda coluna da tabela percebemos que 18 das 19 mulheres possuem companheiro fixo, são casadas. Mas que isso não implica em ajuda na execução das tarefas domésticas ou cuidado com as crianças, pois tal responsabilidade recai totalmente sobre a 'mulher-mãe e mulher-avó': a administração do lar e a orientação das tarefas no ensino remoto; mesmo quando os cônjuges estavam em casa não colaboravam com essa tarefa. Ou seja, as mulheres trabalham mais horas que os homens se somarmos suas atribuições fora de casa e dentro de casa (Piscitelli, 2009). Outra informação importante da segunda coluna da tabela se refere a cor das mulheres da comunidade do bairro dos Ipês: 13 são negras e 06 são brancas, se intercalarmos com as informações da terceira e da quarta coluna da tabela, podemos verificar que apesar de haver mais mulheres negras que brancas com a escolaridade de ensino Fundamental II incompleto,

Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

somente a mulher de cor branca conseguiu ter o trabalho formalizado, ainda que em função semelhante às demais. Conforme IBGE (2003) mulheres negras recebem 60% a menos que homens para desempenhar a mesma função, mesmo com maior tempo de estudo. Além de existir essa discriminação por causa do gênero e da cor; podemos afirmar que o mesmo acontece entre as integrantes do próprio grupo de mulheres da comunidade dos Ipês: brancas e negras ainda que com a mesma qualificação escolar e profissional, será mais difícil para a mulher negra conseguir emprego e carteira assinada.

É importante ressaltar que o fator de escolaridade incompleta incluiu todas as mulheres da comunidade dos Ipês em uma única categoria: ensino fundamental incompleto. O ensino fundamental é composto pelas séries do 1º ano ao 9º ano. Assim, 16 mulheres não concluíram o 5º ano (Ensino Fundamental I) e 03 mulheres não concluíram o 9º ano (Ensino Fundamental II). Os motivos de insucesso e abandono da escolaridade básica indicados pelas mulheres da comunidade dos Ipês foram em decorrência de maternidade precoce, casamento ainda muito jovem, necessidade de trabalho para ajudar financeiramente a família (serviços domésticos) em casas de família. Sem registro formal de trabalho ou garantias sociais, situação que persiste até a atualidade.

Contudo, essas mesmas mulheres não aceitam nem pensar na hipótese de ver suas filhas seguirem o mesmo destino profissional ou pessoal e alegam investir muito em suas vidas para que elas tenham oportunidades mais favoráveis do que elas. A relação mãe/filha é fundamental entre as mulheres Negras. Inúmeras mães Negras empoderaram suas filhas ao transmitir o conhecimento do dia-a-dia, essencial para a sobrevivência das mulheres (...) "da comunidade dos Ipês" [acréscimo meu]. (Joseph 1981; Collins 1987). Nos depoimentos das mulheres da comunidade era visível a esperança de dias melhores para o futuro de suas filhas, o medo de vê-las enfrentar uma gravidez precoce ou casar cedo; a valorização por uma profissão e um curso universitário; aspirações partilhadas com suas filhas cotidianamente durante as interações online ou confissões particulares. É bastante clara a inspiração que as meninas possuem em suas mães e a vontade de não desapontá-las, sempre conscientes do esforço diário de que suas mães realizam nas cozinhas das patroas para que elas possam estudar na escola em idade regular.

Realizando uma análise sobre a posição da mulher negra no Brasil com as mulheres desta pesquisa, podemos evocar (Carneiro, 2011) para analisarmos a opressão

Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

sobre a mulher negra que causa sua coisificação e destrói sua identidade. Talvez esta

tenha sido uma herança maldita do período da escravidão: a afirmação de superioridade

do vencedor que subjuga as mulheres negras a dura lida das empregadas domésticas de

mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação da casa grande, é como se

fosse repetido secularmente que as mulheres negras são coisas, sem nenhuma fragilidade,

que existem para trabalhar sem cansar ou são apenas objeto de desejo de seus senhores,

ou dos namorados que prometeram amor eterno e as abandonaram após o teste de positivo

de gravidez, mas para elas o lugar de sinhá ou de rainha do lar não são possíveis.

"Cabe a cada um que escuta a história de uma mulher ouvir a mensagem implícita,

interpretar a raiva poderosa e observar as maneiras por meio das quais a forma da

narrativa fornece (...) significado para além dele mesmo." (Martin, 2006, p. 310) São

muitos estigmas, olhares invertidos e opressões secularizadas que essas mulheres

enfrentam, às vezes nem se dão conta da opressão ou fazem parte de algum engajamento

político, preferem silenciar suas dores, suas expectativas, sua identidade, sua vida.

O que as mulheres da pesquisa pensam sobre seus trabalhos

Quando falamos em garantir as mesmas oportunidades para homens e mulheres

no mercado de trabalho, estamos tentando garantir emprego para que tipo de mulher? As

mulheres negras (que representam a maior parcela desta comunidade) fazem parte de um

contingente de mulheres para as quais os anúncios de emprego destacam a frase: "Exige-

se boa aparência" (Carneiro, 2011). A discriminação racial faz parte da vida das mulheres

negras, desde cedo percebem que o referencial de beleza feminina é branco, que não há

representatividade na mídia, nas empresas, nos cargos de chefia ou até mesmo nas escolas

que frequentam; geralmente as mulheres negras estão na cozinha ou na limpeza. É um

ciclo que se repete na roda da vida.

Todas as mulheres da pesquisa são as principais responsáveis financeiras do seu

lar através do ofício doméstico. Conforme os resultados da tabela observamos três

categorias distintas: diarista – atividade de limpeza e organização do lar, sem vínculo

empregatício em que a profissional recebe o pagamento por dia de serviço e não existe

um valor tabelado por cada faxina, geralmente a profissional atua em várias residências

Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre 28 de agosto a

03 de setembro de 2022.

para conseguir aproximar-se do salário mínimo; doméstica – atividade de limpeza e organização do lar, além do preparo das refeições, sem vínculo empregatício, recebe salário no final do mês que não necessariamente segue o piso do salário mínimo nacional; serviços gerais – atividade de limpeza e organização em um ambiente comercial – empresa – loja, com vínculo empregatício, registro profissional e benefícios garantidos, recebe salário por mês e segue a tabela do piso do salário mínimo nacional.

Percebemos que 18 mulheres trabalham exercendo atividades domésticas, sem carteira assinada ou qualquer segurança trabalhista. Geralmente tem uma jornada extensa de trabalho, chegam aos empregos das 6:30 às 7:00 horas e só terminam o dia de trabalho por volta das 16:00 às 17:00 horas. No período da pandemia, principalmente no início do surto de covid-19 foram dispensadas temporariamente de seus respectivos empregos e tiveram seus salários reduzidos, outras mulheres perderam sua fonte de renda e ficaram contando apenas com o benefício federal para manterem as despesas do lar. Como o recurso financeiro era insuficiente muitas foram obrigadas a voltar para os trabalhos, mesmo com o risco alto de contaminação.

Ao mesmo tempo que seus filhos estavam em casa, sem aulas presenciais e precisando de apoio. Durante as chamadas de vídeo ficava visível que as únicas responsáveis pela orientação das atividades escolares eram as mulheres que já acumulavam outras atribuições na administração e manutenção do lar. (Martin, 2006, p. 309-310) "Além disso, as mulheres compartilham a responsabilidade primária (senão o trabalho em si) de cuidar da casa para a família – limpar o chão sujo, as fraldas e o banheiro, levar o lixo para fora, lavar as roupas", preparar as refeições e lavar a louça [acréscimo meu], sempre com outras mulheres que eram suas mães ou irmãs, apesar de possuírem companheiros em suas famílias. Diante do exposto, percebe-se como as mulheres em período de pandemia passaram a acumular mais funções para manter o equilíbrio do lar e conciliar com as atividades do trabalho e cuidados com as crianças, bem como a prevenção da pandemia.

Em outros momentos das conversas online, as mulheres relatavam estar doentes com a covid-19 pela presença dos sintomas e como trouxeram a doença para casa e contaminado a todos os outros membros da família. Comentavam como seus patrões pegaram e estavam em hospitais particulares; porém, elas não tinham acesso a mesma assistência de saúde, só dependiam do SUS que estava captando apenas pacientes graves.

Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Essas mulheres utilizavam remédios caseiros e os kits covid distribuídos na UPA. Era visível em seus semblantes a tristeza e a insatisfação, muitas vezes expressadas por uma frase de conformação como se o futuro só o tivesse reservado isto mesmo.

Acompanhando os resultados obtidos pela pesquisa, os relatos das mulheres da comunidade dos Ipês e como nos lembra (Collins, 2019) o pensamento da imagem da empregada doméstica é tido como elemento de análise da condição de marginalização da mulher negra. É sempre associada a função de doméstica a uma mulher negra. Essas mulheres partilhavam angústias, temores e insatisfações enfrentadas em suas vidas e no próprio lar: a falta de tempo para cuidar da saúde e do corpo, os sonhos que deixaram de realizar após a responsabilidade da maternidade, os estudos que não concluíram, o sonho da profissão interrompida, a sobrecarga do trabalho e das tarefas domésticas, além da responsabilidade de sustentar as despesas financeiras da casa enquanto o companheiro estava desempregado.

Quando se fala do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? As mulheres negras, fazem parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca foram tratadas como frágeis (Carneiro, 2011).

O que as mulheres da pesquisa pensam sobre suas famílias

Falar das mulheres da comunidade dos Ipês e não falar das crias delas é quase impossível, porque elas vivem suas vidas por elas, espelham suas projeções futuras nas crianças. Observando a tabela podemos perceber que de modo geral existe um número não muito extenso de filhos, em média 03 crianças por família. Das 19 mulheres mães, 08 possui um filho deficiente que requer acompanhamento de equipe multidisciplinar e todas recebem auxílio de benefícios federais. Essa ajuda financeira foi o que ajudou muitas famílias no período mais crítico da pandemia, como também a doação de cestas básicas pelo prefeito.

Conviver com a sensação de impossibilidade e invisibilidade diariamente, direciona a mulher negra para um lugar silenciado. Durante as chamadas de vídeo éramos surpreendidas (eu e elas) por xingamentos explícitos de seus companheiros, exigência de

Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

se parar tudo que se estivesse fazendo para servir-lhe a refeição, ligar aparelho de som e de tv no momento das interações sem preocupação com o barulho; passar de roupas íntimas na frente das câmeras, exigir dinheiro para bebidas alcoólicas e ficar em casa sem colaborar na rotina do lar ou cuidado com as crianças mesmo com tempo livre ou desempregado. Apesar de reconhecer seu próprio sofrimento não tinham força para se

contrapor a ele. É importante ressaltar como situações de abuso emocional e violência

doméstica causados pelos companheiros comprometiam a autoestima e a identidade

feminina.

Apesar do constrangimento que seus companheiros a submetiam, os cônjuges se intimidavam diante de outras pessoas presentes na conversa na frente das chamadas virtuais. Algumas das mulheres relataram que sofriam agressões físicas de seus cônjuges, que tinham a esperança de sair do casamento abusivo, mas ao mesmo tempo tinham medo de perdê-lo e ficarem sozinhas ou se eles aceitariam a separação. Assim como (Piscitelli, 2002) observa que o poder reprodutivo das mulheres as coloca numa posição de submissão em relação aos homens. Além da dependência emocional e a importância do

casamento para a comunidade dos Ipês.

Outra questão importante foi o fato de as mulheres da pesquisa quererem também voltar a estudar e completar a escolaridade. O que mais me chamou a atenção foi a motivação de muitas delas para retornar aos estudos: ensinar a tarefa aos filhos porque as crianças já estão chegando em séries que elas abandonaram. Quando se supõe o principal motivo de retorno aos estudos seria por satisfação pessoal; recai nova responsabilidade sobre suas vidas: retornar aos estudos para auxiliar os filhos. Esta não era uma preocupação comum aos pais, pois não faziam questão de participar da vida escolar de seus filhos. A sociedade tem que deixar de naturalizar o abando parental dos homens e parar de cobrar tanto das mulheres. São cargas muito desumanas. Apesar de todo clima tenso do lar que atingia as mulheres e as crianças; elas preferiam continuar casadas pelas crianças e por elas, em nome de um modelo de família que elas idealizaram e se apegavam a ele como a única forma de se enxergar na sociedade.

Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Conclusão

Amparada nos resultados da pesquisa com as mulheres dos Ipês e em toda a

literatura apresentada no texto, podemos concluir que a subordinação da mulher em

relação ao homem na sociedade em diferentes momentos históricos ocorre por conta da

cultura que hierarquizou o gênero feminino conforme sua função reprodutiva e de

cuidados com as crianças que são dependentes da mãe por muito tempo.

É importante também ressaltar que as mulheres não são realmente donas do seu

corpo ou do seu destino, pois existe uma cobrança muito forte da sociedade para que a

mulher assuma, sem resistências, o papel que lhe foi conferido socialmente: perpetuar a

existência e cuidar da família.

Vimos por exemplos das vivências das mulheres do Ipês como ocorre a sua

atuação na sociedade, como sua força de trabalho mantem a economia dinâmica, como

elas se conformam com tão pouco e como essa dura realidade se perpetua por gerações

em sua família, principalmente se for uma mulher negra.

Perceber como a naturalização do abandono parental cometido pelos homens/pais

é banalizado, enquanto que da mulher é esperado que ela seja uma pessoa multitarefas e

ainda consiga cuidar de seus filhos. Interessante que a mulher abandona a escola por

imposição do companheiro ou falta de uma rede de apoio que possa compartilhar as

responsabilidades; voltam a estudar, não para um deleite pessoal, mas para ensinar a seus

filhos as atividades de casa.

Nenhuma das mulheres dos Ipês tem conhecimento profundo sobre questões

históricas e culturais que estruturam e formam o pensamento para mantê-las cativas numa

adequação social: mulher reprodutiva, mulher mãe, mulher do lar, mulher doméstica,

mulher da jornada tripla... São tantos papéis que a mulher mal consegue enxergar a si

própria e identificar seus principais objetivos e sonhos, acaba vivendo para cumprir o que

se exige dela.

Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Referência bibliográfica:

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América

Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Disponível

 $em: \underline{https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-}\\$

na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/ 2011.

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e

a política do empoderamento. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1ª edição. São Paulo:

Boitempo Editorial, 2019. 495 p.

MARTIN, Emily. A mulher no corpo: uma análise cultural da reprodução. Rio de

Janeiro, Editora Garamond, 2006, 378p. [1^aed. The woman in the body: a cultural analysis

of reproduction. Boston, Beacon Press, 1987].

PISCITELLI, Adriana. Gênero. A história de um conceito. In ALMEIDA, Heloisa;

SZWAKO, José (Orgs.) Diferenças, Igualdade. São Paulo: Berlendis & Vertecchia

Editores, 2009, p. 116-148. Coleção Sociedade em Foco: Introdução às Ciências Sociais.

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila (Org.).

A prática feminista e o conceito de gênero. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002. (Textos

Didáticos, n. 48).